Artigo

GALBA, OTÃO E VITÉLIO: O MODELO DOS PRÍNCIPES DE GUERRA CIVIL 68-69 D.C.) NA CRÍTICA DE SUETÔNIO*

André Luiz Leme**

Resumo: Caio Suetônio Tranquilo (69 – após 121/22 d.C.), escrevendo em inícios do século II d.C., transmitiu diversas perspectivas críticas sobre a política do século I d.C. em sua obra *A Vida dos Doze Césares*. Trabalhando com a biografia dos chamados "Césares", Suetônio posicionou-se como um defensor dos referenciais morais do grupo senatorial, construindo exemplos de conduta ora positivos, ora negativos ao longo de sua escrita. No presente estudo observaremos na referida obra aquele que foi considerado o instante de maior agitação política no século I d.C., os governos de Galba (3 a.C. – 69 d.C.), Otão (32 – 69 d.C.) e Vitélio (15 – 69 d.C.). Ou seja, a guerra civil no período de 68 a 69 d.C. Rastrearemos os sinais de instabilidade projetados pelo autor no período, ao tempo em que iremos considerar a possível inteligibilidade da construção narrativa em seu próprio tempo.

Palavras-chave: Suetônio. A Vida dos Doze Césares. Império Romano. Adriano. História Antiga.

GALBA, OTHO AND VITELLIUS: THE MODEL OF THE CIVIL WAR (A.D. 68-69) PRINCEPS IN THE CRITIC OF SUETONIUS

Abstract: *Gaius Suetonius Tranquillus (69 - after 121/22 AD), writing in the early second century BC, conveyed several critical perspectives on the policy of the first century AD in his work The Life of the Twelve Caesars. Working with the biography of the "Caesars", Suetonius positioned himself as a defender of the moral thoughts of the senatorial group, constructing examples conduct sometimes positive and sometimes negative throughout his writing . In the present study we will observe in the work the moment of greatest political agitation in the first century AD, the governments of Galba (3 BC, 69 AD), Oton (32-69*

* Recebido em 17.09.2017. Aprovado em: 26.12.2017.

** Professor Adjunto de História Antiga e Medieval no Colegiado de História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE. Doutor em História Antiga pela Universidade Federal do Paraná (2015). Membro do Grupo de Pesquisa "Estudos em História Intelectual" (CNPq - UNIOESTE) e do Núcleo de Estudos Mediterrânicos (CNPq - UFPR). Contato: andreluizleme@yahoo.com.br

AD) and Vitellius (15-69 AD). That is, the civil war in the period from 68 to 69 AD. We will trace the signs of instability projected by the author in the period, while trying to consider the possible intelligibility of the narrative construction in his own time.

Keywords: *Suetonius. The Life of the Twelve Caesars. Roman Empire. Hadrian. Ancient History.*

Na obra em que refletiu a respeito de seus feitos na vida pública, o então príncipe Octaviano Augusto (63 a.C. – 14 d.C), no auge de sua autoridade política, declarou que sua primazia em relação a todos não se dava através de seu poder, mas sim de sua dignidade (*Res Gestae*, 34). Através dessa afirmação, Octaviano procurou definir, ao seu tempo, a sua posição hegemônica no quadro institucional romano. Aliás, quadro que justamente havia se renovado com ele. De fato, especialmente após o ano de 27 a.C., recebendo o apoio das legiões e da sociedade política, Octaviano passou a concentrar uma grande soma de poderes, decorrentes das várias magistraturas que assumiu ao mesmo tempo, efetivamente tornando-se o chefe político romano, árbitro e coordenador das relações sociais.

Octaviano projetou-se politicamente quando no ano de 30 a.C. derrotou Marco Antônio (83 – 30 a.C.), outro importante personagem da época. Acontecimento que marcou o fim de um longo período de guerras civis e que urgiu, como consequência, uma reformulação da estrutura política e de governo daquela sociedade. Roma seria a partir de então "conduzida" por um único homem, a saber, o "primeiro dentre os cidadãos", o Príncipe. Não se trata de afirmar que, neste momento, uma "monarquia" ou "reinado" fora estabelecido em Roma. A sociedade política romana, mais tradicional, não se encontrava predisposta em relação ao uso e sentido de tal nomenclatura: monarquia era, praticamente, sinônimo de tirania e despotismo, relacionando-se a um fenômeno político característico ao Oriente, às monarquias helenísticas, e por tudo isso ela deveria ser evitada ao máximo[1].

Octaviano, provavelmente consciente desse juízo de valor, ressaltou o alinhamento de sua nova posição em relação à tradição, apresentando-se assim como um grande defensor dos costumes ancestrais (*Res Gestae*, 8)[2]. Ou seja, ao menos do ponto de vista teórico, não ocorreriam grandes ou radicais mudanças na ordem social, exatamente pelo contrário: as tradições deveriam ser restauradas e preservadas, tornando-se o Príncipe o grande responsável pela manutenção da ordem e concórdia entre todos. Tal proposta de posicionamento político, sem dúvidas de grande efeito retórico, somada às efetivas e importantes realizações de seu governo ao longo de mais de 30 anos, contribuíram para que o Principado de Octaviano fosse considerado, em sua própria época, um importante modelo e ponto de referência entre o "antes e o depois", um marco para novos e melhores tempos. Foi a chamada "Paz Augusta".

Os sucessores de Octaviano Augusto no século I d.C. preservaram o Império Romano, conservando a instituição do Principado. Porém, não podemos creditar ao período tamanho aspecto de bem estar político e social. Foram governos inconstantes, e isso desde vários pontos de vista: Tibério, sucessor imediato de Octaviano, fora o que mais tempo governou, 23 anos; e na sequência dos principados, temos Calígula, com 4 anos; Cláudio, 13 anos; Nero, 14 anos; Galba, 7 meses; Otão, 3 meses; Vitélio, 8 meses; Vespasiano, 10 anos; Tito, 2 anos; e Domiciano, 15 anos. De todos eles, apenas Tibério e Vespasiano tiveram morte natural, sem grandes rumores; os demais, no entanto, foram assassinados em complôs, conspirações políticas e militares. Esses dados, simplesmente, transpiram o clima de instabilidade vivido no ambiente do Império Romano neste primeiro século depois de Cristo. Devemos, portanto, evitar o aceite e, consequente, emprego de "generalizações" que podem, em seus exageros, encobrir nossa visão a respeito das reais circunstâncias políticas do período.

Caio Suetônio Tranquilo (69 – após 121/22 d.C.), escrevendo em inícios do século II d.C., transmitiu diversas perspectivas críticas sobre a política do século I d.C. em sua obra *A Vida dos Doze Césares*. Trabalhando com a biografia dos "Césares", Suetônio posicionou-se como um defensor dos referenciais morais do grupo senatorial, construindo exemplos de conduta positivos e negativos em sua escrita.

Analisar a sua obra de Suetônio torna-se para nós, historiadores, um exercício de reflexão em dupla perspectiva: por um lado, temos importantes informações a respeito do século I d.C., das

várias questões e vicissitudes políticas do período; por outro, trata-se do século I d.C. construído por Suetônio, com base em suas motivações no determinado momento em que compôs a obra, inícios do século II d.C. Mais especificamente, entre 117 e 122 d.C., ou seja, nos primeiros anos do principado de Adriano (76 – 138 d.C.). Muito provavelmente, Suetônio desejava instigar em seus contemporâneos algumas reflexões, tendo por base os modelos e exemplos do passado.

Compreendendo os termos dessa dinâmica, no presente estudo observaremos na obra aquele que foi um dos instantes de maior agitação política no século I d.C., os governos de Galba (3 a.C. – 69 d.C.), Otão (32 – 69 d.C.) e Vitélio (15 – 69 d.C.). Ou seja, a guerra civil no período de 68 a 69 d.C. Rastrearemos os diversos sinais de instabilidade projetados pelo autor no período, interpretando de modo crítico as biografias, ao tempo em que procuramos considerar a possível inteligibilidade da construção narrativa em seu próprio tempo[3].

Nosso trabalho começa, portanto, com a biografia de Galba, personagem que ascendeu ao entrar em disputa com o príncipe anterior, Nero[4]. Sucessor de Cláudio[5], Nero, personagem também biografado por Suetônio, desempenhou um papel controverso na história do principado no século I d.C., sendo associado, diversas vezes, do ponto de vista senatorial, aos exemplos mais negativos de conduta política[6].

Galba, conforme esclarece Suetônio, não possuía qualquer vínculo com a casa dos Césares[7]; vinha, no entanto, de uma família romana muito tradicional, nobre e ilustre (Gal., II, 1). Dedicado nos estudos liberais ao Direito, Galba preservou uma grande amizade com a mulher de Octaviano, Lívia Augusta, tornando-se, inclusive, um de seus herdeiros (Gal., V, 1-2). Começou nas magistraturas antes mesmo da idade legal, e quando à frente do exército, demonstrava-se severo na manutenção da disciplina (Gal., VI, 1-2). Suetônio, adotando um tom elogioso logo ao começo da narrativa, comenta que Galba, devido ao seu comportamento, sempre teve grande consideração por parte de Cláudio. Teria, além disso, quando foi governante da África, posto em ordem essa província, agitada por discórdias internas e por sublevações bárbaras; nesse mesmo tempo, para assuntos triviais, demonstrava-se severo e bom administrador da justiça (Gal., VII, 1). Por este serviço na África e devido aos seus anteriores, Galba acabou recebendo as insígnias triunfais e várias outras honras. Teria vivido isolado até aproximadamente a metade do Principado de Nero, quando se ofereceu ao governo da Hispania Terraconense; chegando ao local, indica Suetônio, os presságios teriam indicado uma mudança no governo: um ancião substituiria a um jovem, ou seja, subentenda-se, Galba a Nero (Gal., VIII, 1-2).

No entanto, a perspectiva positiva da narrativa em relação à Galba muda de tom abruptamente, com este personagem sofrendo pesadas críticas a partir de então. Galba teria governado sua província, ao longo de oito anos, de modo inconstante e desigual, demonstrando-se um tanto quanto inflexível, e inclusive desmesurado na repressão aos delitos; e assim, pouco a pouco, fora caindo na preguiça e indolência, afirmando que não desejava dar nenhum pretexto a Nero (Gal., IX, 1). Na sequência dos eventos, continua Suetônio, com o despertar de uma revolta ocorrendo na região das Gálias, Galba teria recebido uma carta do líder desse movimento, Víndice, que o exortava a erigir-se em "vingador e guia" do gênero humano. Segundo o autor, Galba, em parte com medo, em parte com esperanças, teria aceitado essa proposta sem pensar duas vezes; apoiava-se, nesse sentido, em uma profecia, apresentada a ele pelo sacerdote de Júpiter: uma menina teria dito, duzentos anos antes, que um dia surgiria da Hispania um príncipe e senhor do mundo (Gal., IX, 2).

Na sequência Galba, perante todos, em seu tribunal, e apresentando diante si o maior número de imagens das pessoas que foram condenadas e mortas por Nero, discursou, lamentando-se de toda a situação vivida por eles; e assim, saudado imperador, declarou-se legado do Senado e do povo romano (Gal., X, 1). A morte de Víndice, nesse meio tempo, quase o fizera desistir, indica Suetônio. Porém, recebeu a notícia de que Nero estava morto e de que todo o mundo havia lhe jurado fidelidade; colocou-se a caminho de Roma[8], abandonando o título de legado para assumir o de César (Gal., XI, 1). De acordo com Suetônio, uma dupla fama de "crueldade" e "avareza" o precedera, pois, segundo diziam, havia castigado às cidades das Hispanias e das Gálias que tardaram a se unir com ele, condenando a morte os seus governadores e administradores, juntamente com suas mulheres e filhos (Gal., XII, 1). Essa fama, ressalta o autor, se vira confirmada e também incrementada tão logo Galba entrou em Roma (Gal., XII, 2). De fato, para Suetônio, o favor e prestígio de Galba teriam sido

bem maiores no momento de alcançar o poder do que, efetivamente, no exercício do mesmo; Galba, no entanto, teria dado provas de que poderia ser um excelente príncipe; mas estas provas, segundo Suetônio, não eram em absoluto tão agradáveis como odiados eram os seus desrespeitos (Gal., XIV, 1).

Galba teria se deixado governar por outros homens, a quem chamava comumente de seus "pedagogos"; a tal ponto teria se deixado utilizar por estes indivíduos, acometidos dos mais diferentes vícios, que Galba falhara em uma conduta consistente: algumas vezes mostrava-se muito rigoroso e mesquinho; outras, bem mais indulgente e pródigo do que convinha a um príncipe eleito e de sua idade (Gal., XIV, 2). Demonstrando esse comportamento, ressalta Suetônio, Galba teria agido no sentido de condenar vários personagens ilustres das duas ordens, e por suspeitas insignificantes, sem ao menos ouvi-los (Gal., XIV, 3); acreditava-se que ele, inclusive, de acordo com Suetônio, havia mesmo desejado limitar a dois anos a duração dos cargos senatoriais e equestres (Gal., XV, 1). Complementa o autor, não houve benefício que Galba não concedesse aos seus companheiros e libertos, seja em troca de dinheiro ou mesmo como favor: pessoas inocentes eram castigadas e os verdadeiramente culpados, inocentados (Gal., XV, 2). Pois bem, como verificamos na construção narrativa, Suetônio, após um início um tanto quanto ameno, acaba projetando em Galba diversas qualidades negativas, criticando o comportamento do príncipe: um homem cruel, inconstante e facilmente manipulável; e por conta disso tudo, teria agido violentamente contra os senadores e ilustres, a sociedade política de seu tempo.

De acordo com Suetônio, praticamente todas as ordens começaram a se sentir ofendidas em relação ao comportamento de Galba, mas foram os soldados aqueles que nutriram o maior rancor; o motivo seria a promessa de um donativo, negado posteriormente por Galba (Gal., XVI, 1). Nesse clima de descontentamento geral por parte das tropas, o exército da Germânia teria sido o primeiro a se rebelar, exigindo as devidas recompensas; estavam dispostos a jurar fidelidade somente ao Senado; conforme Suetônio, pouco agradava o imperador elegido na Hispania: eles próprios, enfim, escolheriam outro (Gal., XVI, 2). Galba, tomando conhecimento disso, de imediato adotou um nobre, o jovem Pisão Frugi Liciniano, o apresentando como seu sucessor, mas sem qualquer comentário a respeito de um futuro donativo; esta atitude, de acordo com Suetônio, fez com que Marco Otão[9] entrasse em confronto com Galba (Gal., XVII, 1). Tão logo Otão ocupou o acampamento, toda a hesitação e descuido de Galba o levaram à morte, assassinado pelas tropas (Gal., XIX, 1-2). Galba morreu aos setenta e dois anos, contando sete meses de governo. Otão, seu detrator, ascendeu[10].

De acordo com Suetônio, Otão era descendente de uma antiga e distinta família da Etrúria (Oth., I, 1); desde sua juventude, teria demonstrado um comportamento pródigo e desavergonhado – a tal ponto que seu pai, Lúcio Otão, severo em suas ações, procurava corrigir o filho a chicotadas (Oth., II, 1). Otão, continua o autor, compartilhara de todos os planos e segredos de Nero; porém, tão logo se desentendeu com o príncipe, acabou desterrado para a província da Lusitânia. Nesta região, conforme ressalta Suetônio, teria governado com moderação e integridade singulares (Oth., III, 1-2). Em função desse afastamento, quando a primeira ocasião de vingança contra Nero surgiu, apoiou imediatamente a Galba; e desde esse momento, complementa Suetônio, teria nutrido forte esperança de também alcançar o império; com esse pensamento em mente, teria empregado todas as formas possíveis de obsequidade e adulação com todas as pessoas, buscando, inclusive, ganhar o favor dos soldados; naquele momento era complicado, portanto, encontrar alguém que não o considerasse o único homem digno de alcançar a sucessão do império (Oth., IV, 1-2). Otão, segundo Suetônio, havia realmente acreditado no fato de que Galba o adotaria, esperando este momento ansiosamente; no entanto, quando Pisão acabou sendo escolhido por Galba para sucedê-lo, esgotaram-se todas as esperanças. Otão, diante dos fatos, teria recorrido à violência, movido pelo ressentimento e, também, pela magnitude de suas dívidas. No dia combinado com os seus cúmplices, todos estes soldados pagos (Oth., V, 2), Otão foi levado ao acampamento pretoriano e, por seus comparsas, saudado imperador. Daquele lugar, enviou tropas para o assassinato de Galba e Pisão (Oth., VI, 3). Logo fora de encontro ao Senado e, através de um breve discurso, explicou que havia sido escolhido em meio à rua e forçado a assumir o império, o qual, no entanto, pensava em exercer seguindo sempre a vontade geral. Chamado de "Nero" pela baixa plebe, Otão não teria, de acordo com Suetônio, hesitado em aceitar essa denominação; inclusive, teria procurado recuperar todas as imagens e estátuas deste imperador (Oth., VII, 1).

Neste mesmo tempo, os exércitos da Germânia, no entanto, teriam decido jurar fidelidade a Vitélio; Otão, sendo então comunicado do fato, aconselhou o Senado a enviar uma embaixada para informá-los de que um príncipe acabara de ser eleito, solicitando a todos calma e concórdia; porém, Vitélio encaminhara-se à guerra, adiantando o envio de tropas. Nesse momento, comenta Suetônio, Otão teve a ocasião certa de comprovar a adesão e fidelidade dos pretorianos a sua pessoa, pois os soldados estiveram a ponto de provocar o massacre da ordem senatorial (Oth., VIII, 1): de acordo com o autor, os soldados defensores de Otão teriam desconfiado de uma possível traição interna; rumores indicavam um desvio de armamentos aos inimigos, com a intenção de assassinato do príncipe; no alvoroço do momento, os soldados teriam exigido a matança de todo o Senado; não o fizeram, pois o príncipe continuava com vida (Oth., VIII, 2).

No confronto direto com Vitélio, Otão perdeu a mais importante batalha, ocorrida em Bedriaco; na perspectiva que coloca Suetônio, esta batalha teria sido vencida de modo traiçoeiro: ao príncipe fora prometida a esperança de uma conferência, com vistas à negociação da paz; tendo dispensado os soldados próximos acreditando na proposta, se vira forçado, por um movimento do inimigo, a combater. Imediatamente, Otão tomou a decisão de morrer; atitude, de acordo com Suetônio, relacionada à delicadeza, e não, como muitos outrora pensaram, ao desespero ou falta de confiança em suas tropas; Otão, complementa o autor, não desejava preserva-se no poder, lutando a custa de tão grande perigo em nome da vida e da propriedade (Oth., IX, 2).

Como verificamos em sua construção narrativa, Suetônio trabalha no sentido de ressaltar o comportamento positivo de Otão, tão logo este ascendeu ao Principado. Reforçando a construção dessa ideia, o autor então apresenta o testemunho de seu pai, Suetônio Leto – personagem que teria participado da guerra civil entre Otão e Vitélio. Conforme Suetônio, dentre as várias declarações de seu pai sobre Otão, destacam-se as seguintes colocações: Otão teria, sempre, detestado as guerras civis, mesmo quando era, ainda, um simples particular; na ocasião de um banquete, quando Otão ouviu sobre o assassinato de Cássio e Bruto, teria se estremecido de horror; Otão, aliás, não teria se colocado contra Galba caso não confiasse em poder resolver o assunto sem, propriamente dito, começar uma guerra entre ambos; por fim, teria sido o exemplo de um soldado, injustamente acusado de covardia e falsidade, o motivo pelo qual Otão, naquele tempo, decidiu não colocar mais em perigo homens de tamanho valor e que haviam lhe prestado serviços tão bons (Oth., X, 1). Pois bem, na sequência dessas afirmações elogiosas, Suetônio encaminha a narrativa para aqueles que foram os momentos finais de Otão. Este, com o encerramento dos conflitos, teria tomado as devidas providências em relação aos seus familiares e amigos, cuidando para que ninguém saísse prejudicado ou em perigo frente ao vencedor (Oth., X, 2). E nesse meio tempo, quando a desordem surgiu, Otão não teria permitido que ninguém sofresse qualquer violência (Oth., XI, 1). Cometeu, finalmente, o suicídio, morrendo aos trinta e oito anos de idade, após três meses no governo (Oth., XI, 2). De acordo com Suetônio, diversos soldados, perante o corpo de Otão, verteram-se em lágrimas, cobrindo de beijos suas mãos e pés; ao mesmo tempo, proclamavam o personagem o mais "valente dos homens e um imperador excepcional" (Oth., XII, 2). Suetônio também comenta que, de repente, muitas pessoas que haviam detestado a Otão enquanto vivo, o encheram de elogios quando morto; por fim, o autor destaca que, nessa época, dentre o povo, corria o rumor de que Otão havia assassinado a Galba não tanto para "dominar", mas para restabelecer a "República" e a "liberdade" (Oth., XII, 2).

Suetônio, ao final da biografia de Otão, projetou neste personagem um exemplo positivo de comportamento – prática não muito usual por parte do autor, e que por isso mesmo merece a nossa atenção. Mas a que se deve então essa caracterização positiva em Otão? Pois bem, ainda que no início Otão tenha sido considerado um homem inexpressivo e oportunista, a construção narrativa de Suetônio logo coloca o personagem alinhado aos princípios da tradição política romana, o elogiando. Primeiramente, destaca-se que Otão possuía plena consciência a respeito dos vários males que a guerra civil poderia trazer diretamente a sociedade romana; ao mesmo tempo, ele teria se demonstrado muito surpreso com a notícia da morte de Bruto e Cássio, personagens relacionados ao grupo de maior tradição naquele ambiente, os senadores. A referência a esses dois personagens não pode ser vista como aleatória, longe disso; ora, Bruto e Cássio, devemos lembrar, foram os principais personagens responsabilizados pela morte de Júlio César; na alegação de ambos, estavam agindo em defesa da "República" e da "tradição", contra

alguém que estaria corrompendo os costumes. Suetônio, nesse mesmo sentido, transparecendo o seu pensamento político no exemplo de Otão, reitera a necessidade de consideração e preservação daqueles que, prontamente, defendiam a tradição senatorial, a República romana. Essa perspectiva torna-se ainda mais evidente no encerramento da biografia, quando Suetônio projeta em Otão a nobre vontade, fracassada, de não querer "dominar", ou seja, de exercer um "poder absoluto", considerado negativo; mas sim de restaurar a "República" e a "liberdade", valores morais do pensamento político tradicional romano.

No que diz respeito ao sucessor de Otão, Vitélio, Suetônio inicia sua narrativa biográfica instigando certas dúvidas em relação à sua tradição familiar: para alguns, Vitélio pertenceria a uma linhagem muito antiga e nobre; no entanto, para outros tantos, essa linhagem era recente e obscura, inclusive baixa (Vit., I, 1). De qualquer forma, na certeza do autor, seu avô, Públio Vitélio, seria do grupo equestre, um procurador dos bens de Octaviano; e seu pai, Lúcio Vitélio, cônsul e governador da Síria. Este, inclusive, na opinião de Suetônio, teria se demonstrado de um talento enorme para a adulação: fora ele o responsável por estabelecer a adoração a Calígula; e no que se refere ao príncipe Cláudio, também não teria desperdiçado nenhuma oportunidade de bajulá-lo (Vit., II, 2-5). Quando o filho de Lúcio Vitélio nasceu, ou seja, o futuro príncipe Vitélio, os seus progenitores teriam se espantado diante do horóscopo anunciado pelos astrólogos; de tal forma que o pai teria procurado sempre, com o maior empenho, evitar que as províncias fossem confiadas ao seu filho; e da mesma forma a mãe, quando soube que Vitélio fora enviado às legiões e proclamado príncipe, teria chorado sem interrupções, o considerando perdido (Vit., III, 2).

De acordo com Suetônio, Vitélio passara muito da sua adolescência com os moços de prazer de Tibério e, segundo opinião geral, foram esses diversos "favores" concedidos por Vitélio ao então príncipe que, enfim, motivaram a ascensão política de seu pai (Vit., III, 2). Nos anos que se seguiram, de acordo com Suetônio, Vitélio, manchado por todos os tipos de baixeza, ocupara um lugar privilegiado na corte, ganhando a estima dos príncipes Calígula, Cláudio e Nero (Vit., IV, 1). Deste modo, sempre pelo favor, teria alcançado cargos e sacerdócios considerados dos mais importantes; e assim exerceu o proconsulado da África e a administração das obras públicas; mantendo-se a todo o momento, de acordo com Suetônio, inconstante em seus propósitos e na reputação (Vit., V, 1). Posteriormente Galba, contra qualquer prognóstico, o enviara à Germânia Inferior; eleição esta que se deveu, aponta Suetônio, muito mais devido ao desprezo do que ao favor: Galba teria afirmado que toda a desmedida gula de Vitélio seria nesta província, então, saciada. O exército, naquele momento um tanto quanto indisposto em relação ao atual príncipe, Galba, e extremamente propenso à sublevação, recebeu a chegada de Vitélio tal como um "presente dos deuses": vincularam imediatamente a sua imagem à memória do pai, personagem que havia sido três vezes cônsul; ao mesmo tempo, consideravam Vitélio um homem de espírito complacente e pródigo (Vit. VII, 1-3).

Vitélio, continua Suetônio, fora aclamado príncipe por essas tropas, recebendo também o apoio do exército da Germânia Superior, o qual havia repudiado a Galba e se colocado a serviço do Senado; na sequência, destaca a narrativa, Vitélio aceitou o sobrenome de "Germânico", diferido o de "Augusto" e rechaçado para sempre o de "César" (Vit. VIII, 2). Recebendo a notícia da morte de Galba, Vitélio teria então organizado as suas forças e avançado imediatamente contra Otão. Porém, conforme aponta Suetônio, Vitélio não fora capaz de conservar em suas mãos o poder que seus legados[11], efetivamente, haviam assegurado a ele (Vit. IX, 1).

Embora, inicialmente, tenha se comportado de modo admirável e nobre, suscitando grandes esperanças de que seria um ótimo príncipe, Suetônio ressalta que Vitélio, no restante de sua conduta, agira muito mais de acordo com a sua natureza e hábitos antigos do que, realmente, com a dignidade do império (Vit. X, 1). De fato, tão logo ele chegou a Roma, descuidando-se cada vez mais das leis divinas e humanas, Vitélio teria se nomeado cônsul à perpetuidade. De acordo com Suetônio, para que não restassem dúvidas do modelo por ele escolhido para governar a República, realizara oferendas fúnebres ao príncipe Nero em pleno campo de Marte; nesse tempo, em um banquete, teria pedido a um citaredo que cantasse algo do chamado *Livro do Senhor*[12], aplaudindo entusiasmado esse feito (Vit. XI, 2). De acordo com Suetônio, Vitélio teria exercido seu império em grande parte seguindo todos os conselhos e caprichos dos mais vis atores e aurigas; mas especialmente, nesse caso, de seu liberto, Asiático (Vit. XII, 1).

Na continuidade da construção narrativa, Suetônio aponta que Vitélio seria predisposto à gula e à crueldade; ademais, poderia ser considerado uma pessoa de voracidade insaciável, extemporânea e imunda: nem ao menos aguardava o fim de um sacrifício ou viagem para acabar com a sua fome (Vit. XIII, 1-3). Sempre estava, também, disposto a mandar executar e submeter ao suplício a qualquer indivíduo, independente da causa; Suetônio, como exemplo, conta que Vitélio, após praticar lisonjas em relação a vários personagens de nobre linhagem, condiscípulos e colegas seus, fazendo com que todos acreditassem que ele os vincularia ao império, de modo um tanto quanto traiçoeiro teria premeditado a morte de todos, e de distintas maneiras (Vit. XIV, 1). Foi então que Vitélio, chegando ao oitavo mês de seu mandato, tomou conhecimento de que os exércitos da Mésia, Panônia, Judéia e Síria haviam se revoltado, aclamando Vespasiano[13] como príncipe; frente a essa situação, coube a Vitélio buscar a fidelidade com o restante dos homens: sem qualquer medida teria distribuído liberalidades, tanto públicas como privadas (Vit. XV, 1). Apesar de seus esforços, Vitélio sofreu as consequências do avanço das tropas de Vespasiano; invadiram assim o palácio, prendendo e humilhando a Vitélio, publicamente, antes de matá-lo (Vit. XVII, 1).

Revelando, portanto, todas as sutilezas do caráter de Vitélio, Suetônio projeta neste personagem um comportamento essencialmente negativo. De fato, Vitélio fora condenado pelo autor desde a juventude: seja em relação à incerteza de sua tradição familiar, seja em relação à conduta com Tibério. Da mesma forma, a relação de Vitélio com todos os outros príncipes da época, especialmente Nero, exemplo dos mais negativos para Suetônio, contou muito desfavoravelmente. Ademais, não faltam várias referências ao comportamento inadequado de Vitélio: os excessos, a inconstância, a crueldade com todos; e novamente, a predisposição ao assassinato de importantes membros da sociedade política. Em suma, todo esse quadro revela, em síntese, os atributos de um péssimo exemplo de príncipe romano no pensamento do autor.

Como verificamos, os anos de 68 e 69 foram de grande agitação política em relação à disputa do principado romano. Propostas concorrentes surgiram a todo o momento, revelando o peso decisivo das províncias e do exército na geopolítica do século I d.C. Os breves e instáveis governos de Galba, Otão e Vitélio, conforme observamos na perspectiva de Suetônio, colaboram na desmistificação do conceito idealizado de "Paz Romana". Ou seja, embora o modelo do principado tenha sim persistido como referencial político, seguindo as principais diretrizes desenhadas por Octaviano Augusto, não podemos deixar de entrever a existência de conflitos, disputas e momentos de violência nos círculos de poder. Tal perspectiva é valida também para inícios do século II d.C., a "Idade de Ouro"[14], época em que Suetônio escreveu.

O lançamento de *A Vida dos Doze Césares* acompanhou o conturbado momento de transição entre os principados de Trajano e Adriano. Temos informações desse contexto com base nas obras *História Romana*, do historiador grego Dião Cássio (ca. 155 – após 229 d.C.), e a *História Augusta*, de autoria desconhecida, datada de finais do século IV d.C. De acordo com essas fontes, representantes de uma perspectiva senatorial[15], Adriano não teria sido adotado oficialmente por Trajano, sendo apenas um dos seus companheiros de trabalho; sua ascensão ao principado teria ocorrido por conta de um complô organizado pelo então prefeito do pretório, Acílio Atiano, e pela Imperatriz Plotina (Dião Cássio, *História de Roma*, 69.1.1-2) (*História Augusta*, Adriano, IV, 8-10). Pese esse clima de desconfianças em relação à legitimidade no novo príncipe, temos ainda para o início do governo de Adriano o destaque ao seu confronto e indisposição com membros senatoriais. Adriano, segundo o testemunho das fontes, teria sido duramente criticado devido ao assassinato de vários dos "melhores homens" [16], do início ao fim de seu governo (Dião Cássio, *História de Roma*, 69.2.5). Ao início do seu governo, aliás, teria ordenado o assassinato de ex-cônsules; Palma, Celso, Nigrino e Lúcio, acusados de conspiração. (Dião Cássio, *História de Roma*, 69.5.2) (*História Augusta*, Adriano, VII, 1-2).

Ao escrever a sua obra, ao construir e retomar exemplos do passado, Suetônio estava sim consciente das várias circunstâncias de seu presente. Como defensor dos referenciais morais do grupo senatorial, entrevemos que o autor tenha desejado, do ponto de vista do seu pensamento político, indicar o exemplo de conduta correto e adequado ao príncipe em ascensão, Adriano. Não é por menos que em sua obra destaca-se, como observamos em nossa análise das vidas de Galba, Otão e Vitélio, a necessidade por parte do príncipe de se manter alinhado ao grupo dos "melhores", preservando e de-

fendendo os seus membros. Ou seja, o dever de sustentar a tradição republicana dentro do principado.

Adriano não deveria, assim, na indicação de Suetônio, seguir os péssimos exemplos do passado. Não poderia ser inconstante, bruto ou inflexível; muito menos avarento ou cruel, agindo como um "senhor", exercendo um poder absoluto, ao estilo monárquico[17]. Pelo contrário, deveria sempre lutar pela manutenção da liberdade, preservando todos os senadores, suas prerrogativas, coordenando a sociedade política. Assim, com ele adotando essa postura conciliadora, as disputas pelo poder seriam evitadas, evitando-se a eclosão de uma guerra civil, sempre prejudicial aos romanos.

Portanto, *A Vida dos Doze Césares*, na inteligibilidade do discurso biográfico e histórico, permite a interferência intelectual de Suetônio na política de seu tempo, com este personagem assumindo uma posição crítica na defesa de seus ideais políticos. E nós, historiadores do presente, compreendemos essa subjetividade, avaliando e sempre considerando a importância do trabalho de Suetônio para a nossa aproximação e crítica ao universo político romano dos séculos I e II d.C.

Notas

1 Pierre Grimal (1993, p. 16) comenta que Octaviano, à época de tais transformações políticas, sentiu a necessidade de ressaltar e "trazer à luz do dia o fato de o *imperium romanum* ser uma coisa muito diferente de um Estado submetido a um rei, que o príncipe, que é o seu 'guia'(este é o verdadeiro sentido de *princeps*, o título que Augusto se atribui, por três vezes, na *Res Gestae*), não é *rex* nem *basileu*, que não se assemelha, de modo algum, aos diádocos, sucessores de Alexandre na Macedônia, na Síria e em outros locais, que não é, como eles, o único detentor do poder, mas que este continua a pertencer ao conjunto do *populus romanus*, cuja *maiestas* permanece intacta. Uma vez estabelecida esta distinção, tornava-se evidente, para a opinião pública, que o vencedor de António não sucumbia à maldição plurissecular que, em Roma, atingia a palavra 'rei' e cuja transgressão provocara ou permitira o assassinato de César. A distinção então aceita entre realeza e principado está longe de ser apenas verbal. Não é uma habilidade propagandística imaginada arbitrariamente por um qualquer ambicioso. Responde a uma realidade, enraizada no espírito romano, que ultrapassa em muito o que o oportunismo de um homem pode conceber, mesmo aconselhado por amigos inventivos".

2 Complementamos com a seguinte explanação de Renan Frighetto (2012, p. 217), "De fato, o principado existia graças à figura do Príncipe que exercia, em teoria, um poder similar ao das demais magistraturas romanas portando, por sua vez, uma autoridade mais destacada. Essa necessidade de vinculação ao passado republicano se explicava por conta da sempre importante preservação dos costumes ancestrais, aspecto basilar na cultura política romana, estando relacionada também com a atendência de distanciamento com respeito aos poderes monárquicos de origem helenística".

3 Utilizaremos no presente estudo o volume II da obra *Suetonius* (1998). Para a organização do texto, as citações foram abreviadas, indicando somente o livro utilizado e a localização do texto nele.

4 Nero (37 – 68 d.C.), imperador romano de 54 a 68 d.C.

5 Cláudio (10 a.C. – 54 d.C.), imperador romano de 41 a 54 d.C.

6 Conferir o trabalho de Marcos Luís Ehrhardt (2008) para mais informações sobre o principado de Nero e o papel crítico desempenhado por Sêneca no período.

7 Mais especificamente, com a família dos Júlio-Cláudios. Seja por critério de hereditariedade ou adoção, esta família se prolongou no poder até o Principado de Nero, o qual morreu sem sucessor definido.

8 Esclarece Gonzalo Bravo (1998, p. 510), "La muerte de Nerón en junio del 68 puso fin al sistema de delaciones y represalias en que se había convertido el régimen neroniano […], pero también cerraba una dinastía sin que el problema sucesorio quedara resuelto. Al contrario, varias expectativas de control del poder imperial se abrieron. La primera fue la rebelión de alguno gobernadores provinciales con mando directo sobre las legiones, como la tentaviva de Vindex en Galia, quien sin embargo rehusó a la proclamación de imperator meses antes de la muerte de Nerón. En cambio, Galba, el gobernador de la Tarraconense hispana, aceptó este título de los soldados de su ejército y se dispuso a preparar la marcha a Roma, que no se realizó hasta finales de año".

9 Otão que, na época, tinha esperança de ser adotado por Galba, razão de sua pronta investida.

10 Conforme Pierre Grimal (1993, p. 92), "Galba limitou-se a experimentar o poder. Regressado de Roma no mês de Outubro de 68, foi morto pelos pretorianos no dia 15 de janeiro seguinte, por instigação de um antigo companheiro de Nero, Sálvio Otho. A *Auctoritas* do Senado não bastava para fazer um imperador. Era preciso a vontade dos soldados. Não manifestava esta a vontade dos deuses?".

11 Fábio Valente e Aulo Cecina, legados de Vitélio que venceram a batalha de Bedriaco.

12 Nome dado ao conjunto das composições de Nero.

13 Conforme Pierre Grimal (1993, p. 92), "Entretanto, o exército do Oriente, por sua vez, proclamava imperador o seu próprio general, Vespasiano, que comandava as tropas enviadas para a Judeia contra os Judeus. O que um exército podia fazer, também os outros podiam. Vitélio era desprezado, devido ao seu caráter e gênero de vida. Vespasiano, por outro lado, só inspirava estima".

14 Segundo o historiador Domingo Plácido Suárez (2004, p. 19), a definição do século II d.C. como "Idade de Ouro" depende tanto da historiografia moderna quanto da propaganda dos intelectuais orgânicos da época; o modelo de estabilidade, atrativo desde o ponto de vista das classes dominantes, atuava da mesma forma que uma máscara: por detrás, uma época de grande vitalidade, onde as mudanças transcorriam nas profundidades da história. Nesse sentido, as mudanças devem ser percebidas através das imagens de estabilidade, estas que tanto influenciaram a percepção moderna acerca do período.

15 Conferir Birley (2008) para informações sobre as diversas fontes de estudo para o Principado de Adriano; e Leme (2016) para um estudo sobre a biografia de Adriano com base nas obras *História de Roma*, de Dião Cássio, e *História Augusta*.

16 Conforme ressalta o historiador Renan Frighetto (2004, p. 38), "as fontes clássicas romanas referem-se aos membros do senado romano como *senatores*, *patricci*, *potentes*, *boni*, termos que denotam uma superioridade política sobre o restante do corpo de cidadania, mas que também indicam uma supremacia social e cultural referendada pela 'tradição ancestral', definida pelos romanos como o *mos maiorum*".

17 Conforme Paul Veyne (2008, p. 2), trata-se da "célebre aversão dos romanos à palavra 'rei': os romanos não eram escravos de um senhor, ao contrário dos povos gregos e orientais que conquistaram".

Referências

BIRLEY, A. Hadrian to the Antonines. *The Cambridge Ancient History: The High Empire, A.D. 70–192*. London: Cambridge University Press, 2008.

BRAVO, Gonzalo. *Historia del Mundo Antiguo:* una introducción crítica. Madrid: Alianza Editorial, 1998.

DIO CASSIUS. *Dio's Roman History*. Vol. I. The Loeb Classical Library. London: W. Heinemann; New York: The Macmillan Co., 1917.

EHRHARDT, Marcos Luís. *O Arquiteto do Social*: Sęneca e a construção de modelos para a sociedade romana nos tempos do principado a partir da Historia Magistra Vitae. Tese de Doutorado em História, Universidade Federal do Paraná. Curitiba: UFPR, 2008.

FRIGHETTO, Renan. Algumas considerações: o poder político na Antiguidade Clássica e na Antiguidade Tardia. *Stylos* (Buenos Aires), Buenos Aires, v. 13, p. 37-47, 2004.

FRIGHETTO, Renan. *Antiguidade Tardia*. Roma e as monarquias romano-bárbaras numa época de transição (séculos II – VIII). Curitiba: Juruá, 2012.

GRIMAL, Pierre. *O Império Romano*. Lisboa: Edições 70, 1993.

LEME, André Luiz. Ascensão de Adriano ao Principado e a ideia de 'Idade de Ouro' dos Antoninos: uma análise da 'História de Roma', de Dião Cássio e da 'História Augusta'. *Roda da Fortuna*. Revista Eletrônica sobre Antiguidade e Medievo, v. 5, n. 1, p. 142-160, 2016.

PLÁCIDO SUÁREZ, Domingo. Un Siglo de cambios. In: CORTÉS COPETE, J. M.; MUÑIZ GRIJALVO, E. (Eds.). *Adriano Avgvsto*. Sevilla: Fundación José Manuel Lara, 2004.

RES GESTAE DIVI AUGUSTI. Trad. Frederick W. Shipley. The Loeb Classical Library. London: William Heinemann, 1961.

SCRIPTORES HISTORIAE AUGUSTAE. Trad. David Magie. v.1. The Loeb Classical Library. Cambridge: Harvard University Press, 1991.

SUETONIUS. Trad. C. Rolfe. 2 vols. The Loeb Classical Library. London: W. Heinemann; New York:

The Macmillan Co., 1998.

VEYNE, Paul. *O Império Grego-Romano*. Rio de Janeiro: Campus Editora, 2008.